



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FASA
Curso de Comunicação Social, habilitação em JORNALISMO
Professor Orientador: Fernando Braga

JORNALISMO INVESTIGATIVO: OS COLARINHOS BRANCOS EM FOCO

BRUNO AUGUSTO CASSIANO
RA: 2051296/5

BRASÍLIA
2008

BRUNO AUGUSTO CASSIANO

JORNALISMO INVESTIGATIVO: OS COLARINHOS
BRANCOS EM FOCO

Projeto apresentado como exigência do
Curso de Jornalismo do Centro Universitário
de Brasília para obtenção do diploma de
graduação.

Orientador: Fernando Braga

BRASÍLIA
2008

BRUNO AUGUSTO CASSIANO

JORNALISMO INVESTIGATIVO: OS COLARINHOS
BRANCOS EM FOCO

Projeto apresentado como exigência do
Curso de Jornalismo do Centro Universitário
de Brasília para obtenção do diploma de
graduação.

Orientador: Fernando Braga

Brasília, 13 de novembro de 2008

Banca Examinadora

Prof. Fernando Braga

Prof. Hércules Barros

Kátia Paiva

Todas as pessoas que tem paixão pelo jornalismo e aquelas que gostam e se interessam pelo tema abordado. As pessoas que incentivaram nos momentos difíceis na pesquisa e aos futuros colegas de profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Maria Julia Pessim e Roberto Tadeu Cassiano pelo apoio fundamental para essa etapa na vida. Aos meus irmãos que sempre me incentivaram. A minha namorada e sua filha Giovanna que sempre estiveram ao meu lado.

Aos professores que durante todo o curso me ensinaram e incentivaram para uma carreira de grandes feitos e realizações dentro da ética profissional.

Aos meus colegas e amigos da faculdade. Aqueles com quem pude trabalhar, com aqueles que de alguma forma contribuíram para o meu desenvolvimento. Amigos de conversa, de estudo e de companheirismo. Muito obrigado a todos!

"O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter" (Cláudio Abramo).

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar o conteúdo do caderno de política do jornal *Correio Braziliense* sobre o olhar investigativo nas informações. Procura-se identificar características investigativas nas matérias, como fonte em *off*, bem como pesquisas realizadas pelos próprios repórteres.

O trabalho foi realizado através da leitura e análise do jornal no período de 1º de julho a 31 de julho de 2008.

Palavras-chave: Jornalismo Investigativo, Política, Correio Braziliense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
JORNALISMO INVESTIGATIVO	11
ANÁLISE DE CONTEÚDO	15
CORREIO BRAZILIENSE.....	18
ANÁLISE DE CONTEÚDO DO CORREIO BRAZILIENSE	21
CONCLUSÃO	27
BIBLIOGRAFIA	29

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como horizonte a análise da cobertura política do jornal *Correio Braziliense*, no período do dia 1º a 31 de julho de 2008, na busca de procurar indícios de investigação na apuração jornalística. Por meio da técnica de Análise de Conteúdo, a pesquisa teve como base analisar a apuração do caderno de política do jornal para verificar se existe característica investigativa com objetivo de demonstrar a relação de fontes e notas oficiais e documentos nas reportagens de política do *Correio Braziliense*.

O que se pode observar nas leituras do jornal é que muitas vezes o tema relacionado à investigação são declarações de pessoas envolvidas e relatos de documentos fornecidos pelos órgãos competentes dos fatos.

Devido ao tempo de apuração nas reportagens do dia-a-dia, o trabalho jornalístico nesse tipo de especialidade fica comprometido em alguns aspectos. O tema é pouco discutido em universidades e de pouco destaque no meio midiático.

A mídia, como quarto poder, tem como base a maneira de ser imparcial quando passa uma notícia à população, e tem como papel principal defender interesses públicos. Devido a interesses empresariais e de mercado, os jornalistas desse segmento estão sujeitos as “normas” estabelecidas pelos empresários dos meios de comunicação. É preciso inserir essa especialidade do jornalismo dentro de universidades e colocá-la em debate.

É imprescindível o olhar crítico dos jornalistas investigativos dependendo da área que seguir. O interesse desta pesquisa é mostrar o quanto o jornalismo de investigação está em decadência no *Correio Braziliense*, pois o fundamental da profissão é a boa apuração e tentar enxergar os fatos de um ângulo diferente, e não simplesmente relatar o acontecido.

A importância da mídia como formadora de opinião é fundamental em um processo de transformação da história da política no Brasil.

O tema dessa pesquisa foi identificado com muita facilidade, devido ao interesse do pesquisador em particular pelo assunto, despertado pelas leituras de livros e artigos sobre jornalismo investigativo, onde foi apresentado a esse mundo tão fascinante e teve a oportunidade de conhecer um pouco essa realidade em um projeto que realizou na faculdade. Foi também durante a realização desse trabalho que pude perceber como o jornalismo é falho em alguns pontos primordiais dentro da apuração.

2. JORNALISMO INVESTIGATIVO

Muitos profissionais da área de jornalismo consideram que toda reportagem é investigativa. O jornalista Ricardo Noblat diz que é redundante a expressão “jornalismo investigativo”, pois todo jornalismo pressupõe de investigação. “Denunciar um escândalo ou um erro, contar a história de um acidente de carro ou de uma eleição fraudada, exige investigação. E exaustiva, muitas vezes. Claro, se quisermos fazer bom jornalismo” (apud FORTES, 2005, p.81).

Por outro lado, existem aqueles que consideram o jornalismo investigativo uma categoria especializada do jornalismo. De acordo com Lopes (2003) o jornalismo investigativo pode ser resumido em dois pontos: 1) a busca da verdade oculta; 2) juntar cacos da realidade e estabelecer relações entre eles.

No início, o jornalismo investigativo era considerado como policial. Mas ao decorrer do tempo e das circunstâncias que as redações vivem hoje, o modo de fazer reportagem investigativa mudou. Para o jornalista Percival de Souza, ao longo da história do jornalismo as redações sempre contaram com repórteres que corriam atrás do furo, tentando descobrir as falcatruas das fontes de poder, na tentativa de alertar a sociedade (SIQUEIRA, 2005, p.62). O jornalista Andrei Meirelles destaca duas mudanças no jornalismo investigativo:

Primeira, a mudança de foco, voltada para o chamado crime do colarinho branco, para corrupção nas diversas estruturas de poder. A outra é o perfil das fontes – em vez de delegacias de polícia, os melhores informantes para esse novo tipo de cobertura migraram para o Ministério Público, nos Parlamentos com suas CPIs e na Polícia Federal (apud. FORTES, 2005, p.89).

Lopes (2003), diz que o jornalista investigativo tem que começar a ver a informação de um prisma diferente e considerá-la como algo susceptível de ser trabalhado mais fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado sob todos os ângulos. Levando em consideração outros aspectos para uma investigação, por exemplo, a ética do jornalismo.

É fundamental que o jornalista investigativo tenha o senso de busca da verdade, da justiça e do equilíbrio. É importante também que tenha o desejo de ver as coisas se realizarem, terminarem. Muitas vezes é necessário trabalhar durante um tempo para atingir essas características. Contudo, não se pode esquecer dos aspectos legais e principalmente, éticos que devem permear uma reportagem investigativa. (LOPES, 2003, p.11).

Para Lage, apesar de toda reportagem pressupor investigação e interpretação, apenas o jornalismo interpretativo e o investigativo realmente as praticam. A diferença do jornalismo investigativo para as demais modalidades do jornalismo está na técnica da apuração e nas fontes utilizadas.

Podemos considerar que o marco do jornalismo investigativo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi principalmente o Caso *Watergate*, que colaborou para o declínio do presidente americano Richard Nixon (1974). A imprensa da época teve papel fundamental no Caso *Watergate*, pois mostrou alguns princípios do jornalismo investigativo, buscar a informação oculta nas notas oficiais. De acordo com o jornalista Andrei Meirelles, “a cobertura pelo *The Washington Post* do Caso *Watergate* causou grande impacto na imprensa mundial”.

No Brasil, a investigação jornalística só teve início após a ditadura militar (1964-1985). Nesse tempo em que generais ficaram no poder, a imprensa brasileira sofreu grande perseguição em todos os sentidos. Somente em 1985, com a redemocratização, que os jornalistas começaram a fugir do noticiário oficial.

Foi na Era Collor, no entanto, que os métodos de investigação tornaram-se organizados dentro das redações. Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional. Pode-se dizer que o *impeachment* de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil. A partir dele, jornalistas e donos de empresas de comunicação viram-se diante de uma nova e poderosa circunstância, com conseqüências ainda a serem dimensionadas. (FORTES, 2008, p.10)

Como forma de esclarecer a presença ou a falta de investigação nas informações oficiais do governo está a forma do “olhar além do óbvio” das fontes e publicações oficiais.

O jornalismo de investigação propõe a reconstruir acontecimentos importantes, divulgar o que os poderes públicos querem ocultar, mostrar como funcionam esses organismos, informar os eleitores sobre os políticos, especialmente sobre suas intenções e atuações (LOPES, 2003, p.10).

Para Fortes, as técnicas de jornalismo são parecidas em suas diversas matizes, com alterações de método e circunstância. O resultado final da apuração seja de qualquer veículo de comunicação é fruto da apuração de um fato pelo repórter a partir de fontes diversas, documentais ou pessoais.

O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de apuração que, necessariamente, deve ser maior, embora que sempre exercido sob pressão. (FORTES, 2005, p.35).

Para a jornalista Mônica Teixeira, investigar é um dos fundamentos do jornalismo, um é inerente ao outro, não se separam nunca. Atribuímos muitos nomes e sobrenomes em jornalismo, mas jornalismo é só jornalismo. O Jornalismo Investigativo é a grande reportagem (apud. LOPES, 2003, p.170).

O jornalismo investigativo não despreza a atualidade, mas elege dela o que mais pode interessar de acordo com a responsabilidade social da imprensa. A neutralidade e imparcialidade são duas atitudes exigidas do jornalista investigador como acontece com todo profissional de jornalismo. (apud. LOPES, 2003, p.15)

O jornalista especialista em política está em constante contato com políticos e pessoas do meio político, isso faz com que o trabalho de informar ao cidadão as ações e atitudes de políticos e pessoas ligadas a ele, não se percam durante a transmissão ao leitor devido à convivência entre eles e o cuidado das informações em *off*, como são apuradas e divulgadas sem comprometer ambos.

O jornalista tem o perfil diferenciado, pois o jornalista tem que ser imparcial na transmissão da notícia. Percival de Souza argumenta que todo jornalista tem suas idéias políticas e colocar isso na notícia vira um “totem, acima do exercício da profissão, é *merchandising*” (apud. SIQUEIRA, 2005, 98).

Qualquer tipo de militância política, mesmo como simpatizante de determinado partido, limitará o trabalho do profissional, quando, por exemplo, este tiver de abordar uma investigação onde apareçam pessoas implicadas que pertençam a mesma linha de pensamento. (SIQUEIRA, 2005, p.99).

Para Antonio Carlos Fon, se o Estado não cumpre com suas obrigações, é o jornalismo investigativo que tem a função social de cobrar esclarecimentos, de fazer esse trabalho que a população necessita (apud. LOPES, 2003, p.85).

Reportagens investigativas são difíceis de se encontrar na imprensa brasileira, porque qualquer veículo pode fazer Jornalismo Investigativo, mas ninguém está interessado em fazer porque se ganha mais escondendo do que publicando notícia (LOPES, 2003, p.85)

Com a ascensão do jornalismo investigativo nos anos 90 no Brasil, muitos jovens ingressaram nas faculdades de jornalismo. Com isso, pouco tempo depois, o jornalismo investigativo tornou-se uma especialização dentro da profissão.

Como se fosse possível a um repórter dedicar-se exclusivamente à investigação jornalística pura, ainda mais na época atual, com as redações reduzida à metade, as pressões políticas a todo vapor e, mal dos últimos tempos, sob ameaça de uma indústria crescente de ações judiciais que têm encontrado campo fértil em diversos guetos do Poder Judiciário, sobretudo os estaduais, onde há forte indisposição de grupos de magistrados com a imprensa. (FORTES, 2005, p.25)

A construção da notícia investigativa consiste em apurar dados pertinentes ainda mais ocultos. O jornalismo de investigação pode ser considerado um representante dos interesses dos cidadãos, mostra informações que políticos tentam manter fora do alcance da sociedade. Lembrando que não somos policiais e nem promotores para produzir uma denúncia, mas sim mostrar o lado da notícia que muitas vezes não é percebido.

3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo, em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. (BARROS, 2005, p.280).

Definição Clássica por Bernard Berelson (1952): que a designa como “uma técnica de pesquisa para as descrições objetivas, sistemáticas e quantitativas do conteúdo manifesto da comunicação” (BARROS, 2005, p.281-282).

Para Barros a metodologia escolhida é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Pois o analisador trabalha com índices postos em evidência nas mensagens para interferir conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação.

[...] a análise de conteúdo é sistemática e porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, pode chegar às mesmas conclusões. (Lozano apud BARROS, 2005, p.286).

De acordo com Laurence Bardin, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, p.31).

Kientz diz que as mensagens são objetos materiais, suscetíveis de mediação e quantificação. A análise de conteúdo decompõe, recenseia os seus elementos, calcula a frequência de aparecimento, apura as correlações (Kientz, p.21).

De acordo com Barros, “no campo da comunicação, até a metade do século XX, as grandes preocupações dos estudiosos estiveram relacionadas ao problema da opinião pública e a propaganda política” (BARROS, 2005, p.282).

A adoção regular na análise de conteúdo, entretanto, só veio a ocorrer no início do século XX, estando a serviço de vários campos do conhecimento. Nas

ciências políticas, por exemplo, propiciou a descobertas de armas secretas alemãs pelos britânicos, a partir do estudo da propaganda nazista (...); na comunicação de massa, a comparar as atitudes adotadas por diferentes jornais em período eleitoral (Kientz apud BARROS, 2005, p. 280-281).

Laurence coloca que nos Estados Unidos, os departamentos de ciências políticas ocuparam lugar de destaque no desenvolvimento da análise de conteúdo. Os problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram o fenômeno (BARDIN, p.16).

Para Barros, um dos principais argumentos era que a análise de conteúdo, devido a sua origem positivista, não permitiria uma aproximação crítico-ideológica suficiente dos meios de comunicação de massa (BARROS, 2005, p.281).

De acordo com Laurence, desde o princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nessa época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é, essencialmente, jornalístico (BARDIN, p.15).

A análise de conteúdo é utilizada no campo da comunicação para expor as condições das informações transmitidas ao leitor. No primeiro momento, mostrar as fontes usadas na matéria, classificando-as em oficiais ou não, de acordo com envolvimento das personagens na matéria. Em seguida, apontar as características específicas de redação de um texto investigativo, informando um rápido panorama da apuração da notícia, de um lado ou do outro. E de que forma a matéria foi publicada, sendo exposta como sensacionalista ou não.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, interferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar ao seu contexto (Krippendorff apud BARROS, 2005, p.284).

O desenvolvimento histórico da análise de conteúdo se reflete, nos últimos anos, em vários enfoques de pesquisa nos diversos campos do conhecimento, como a comunicação. Além disso, verifica-se uma tendência cada vez maior de sua utilização do ativismo político. (BARROS, 2005, p.285).

Kientz coloca que a técnica de pesquisa para a descrição objetiva e rigorosa do conteúdo das comunicações tem servido pouco para descrição exclusiva do conteúdo e suas características (Kientz, 51).

Por fim, o método escolhido foi importante para auxiliar na pesquisa do surgimento no Brasil do termo “jornalismo investigativo”, para tentar mostrar o que está por trás dessa expressão, que tem sido largamente utilizada por diversas entidades sociais e econômicas. Para isso foi necessário entender quais são os dilemas e problemas presentes na cobertura de política no meio de comunicação e a politização.

4. CORREIO BRAZILIENSE

Na edição de outubro de 1808, o primeiro jornalista brasileiro explicou o sentido do seu trabalho:

O mundo talvez se admire que eu vá enunciar como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil, mas tal é o fato. Começou o século 19 e ainda os pobres brazilienses não gozam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens, nem ainda agora lhe seria permitido esse bem, se o Governo, que lho o proibia, acossado na Europa, não se visse obrigado a procurar asilo nas praias da Nova Lusitânia. Devemos repetir agora, de que tarde, desgraçadamente tarde, mas enfim, apareceram tipos no Brasil, e eu, de todo o meu coração, dou os parabéns aos compatriotas brazilienses. Por ora nada mais digo, mas esta matéria é de suma importância, para que eu deixe de tornar a falar sobre ela, logo que tenha lugar. (CARNEIRO, p.34)

De acordo com escritor Glauco Carneiro (1999, 33) a corte lusitana aportou no Brasil em 22 de janeiro de 1808, decorridos apenas três meses do acontecimento e Hipólito da Costa editava o primeiro número do *Correio Braziliense* em Londres.

Ele dispôs nesse tempo dos recursos necessários, certamente da maçonaria, para lançar o tablóide mensal, editado sem censura prévia e que passou a entrar clandestinamente no Brasil, sendo disputado pelas elites.

Para Glauco, o jornal de Hipólito da Costa foi o único órgão de difusão que, criticando livremente os atos do governo lusitano no Brasil, conscientizou as elites brasileiras da necessidade de fazer a independência do país, “na hora certa” (CARNEIRO, p.36).

O escritor achava que o programa editorial do *Correio Braziliense* consubstanciava idéias próprias de Hipólito da Costa e outras inspiradas pela maçonaria: monarquia constitucional, liberdade de opinião, abolição da escravatura, defesa da imigração, criação do júri popular, instituição da universidade, mudança da capital para a região central do país e independência do Brasil. (CARNEIRO, p.34).

Mais doutrinário do que informativo, “revelando a preocupação básica de um formador da opinião pública da época”, tinha seções fixas dedicadas à política, ao comércio e às artes, à literatura e as ciências, além de uma miscelânea recheada de polêmicas, bem como outra chamada de “reflexões” e mais uma denominada de “correspondência”, que hoje seria chamada de “Cartas dos Leitores” (CARNEIRO, p.35).

Com a decisão tomada, o passo seguinte foi pensar no título do jornal, inicialmente imaginado com um nome convencional, *Diário de Brasília*, até que um veterano membro do Diário dos Associados, Francisco Martins de Oliveira, sugeriu o definitivo – *Correio Braziliense*, “para dar continuidade à glória do passado” (CARNEIRO, p.37)

Um detalhe curioso é que Hipólito da Costa adotou a letra “z” na palavra Brasil para estabelecer uma diferença entre leitores a que se dirigia, nascido na colônia, dos portugueses da metrópole, que usavam a grafia com “s”. Certamente, o jornalista também preferiu usar Brasil com “z” porque esta era – e é – a forma utilizada para denominar o país no mundo anglo-saxão (CARNEIRO, 35).

O *Correio Braziliense* é hoje um dos jornais mais lidos no Distrito Federal, com tiragem de mais 16 mil exemplares, de segunda a sábado, e em média 100 mil, aos domingos. O jornal também é distribuído nos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Atualmente, é dividido em Capa, Política, Brasil, Economia, Opinião, Mundo, Cidades, Esporte e Cultura. Além de suplementos que circulam uma vez por semana. Com essa divisão, o jornal traz notícias sobre o cotidiano de Brasília, além de notícias do Brasil, do mundo, de cultura e opinião. O *Correio Braziliense* também oferece grande espaço para os anunciantes.

O jornal até pouco tempo tinha uma versão resumida online, o Correio Web, que hoje está voltado para concursos. No dia 21 de abril de 2008, no mesmo dia da fundação o jornal impresso, estreou a versão online com o nome do jornal Correio Braziliense. Em entrevista a editora do site do *Correio Braziliense*, Thaís Braga, disse que o novo site de notícias foi criado para consolidar a marca do jornal impresso.

Na versão online do jornal, algumas matérias são postadas na íntegra ou partes de matérias de interesse. Além de produzirem o próprio material diariamente com ajuda da redação do jornal impresso.

O site do Correio Braziliense possui um mini jornal diário em formato de televisão com notícias atemporais, onde os próprios jornalistas das redações o produzem.

O Correio Braziliense é um dos jornais mais lidos, além de ser um formador de opinião da Capital Federal, com isso, o jornal vem crescendo durante os anos. Adaptando suas redações para acompanhar o processo da tecnologia e a forma do fazer jornalismo, oferecendo cursos e palestras sobre as novas fases do jornalismo atual para seus editores e repórteres.

5. ANÁLISE DE CONTEÚDO DO CORREIO BRAZILIENSE

A pesquisa analisou as notícias do caderno de política do jornal *Correio Braziliense*, no período de 1º de julho a 31 de julho de 2008. Nesse tempo foram analisadas em média 140 matérias entre as principais do caderno, temas do dia e notícias secundárias sobre as Operações Satiagraha e João de Barro, além de matérias dos repórteres investigativos Lúcio Vaz e Gustavo Krieger.

Das 31 matérias principais analisadas no mês de julho, 16 eram reportagens de capa do caderno, sendo que oito delas eram sobre Eleições 2008 e uma assinada pelos repórteres investigativos do caderno de política. Outras 15 foram Tema do Dia do *Correio Braziliense*, sendo que destas, duas eram sobre temas variados, outras duas sobre a Operação João de Barro e 11 da Operação Satiagraha. Destaque para a matéria intitulada “Presos” do dia 9 de julho de 2008.

São Paulo – Depois de uma investigação iniciada há quatro anos, a partir de desdobramentos do escândalo que tornou-se conhecido como mensalão, a Polícia Federal prendeu ontem o banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, o megainvestidor Naji Nahas, o ex-prefeito da capital paulista Celso Pitta e outras 14 pessoas, durante a Operação Satiagraha. Todos têm seus nomes ligados à participação em duas organizações criminosas que agiam de forma associada e fraudulenta no mercado financeiro. Eles devem ser indiciados sob as acusações de lavagem de dinheiro, corrupção, evasão de divisas, sonegação fiscal e formação de quadrilha (*Correio Braziliense*, matéria, 9 de julho de 2008, p.2).

Nas matérias secundárias foram analisadas em média 100 notícias das Operações João de Barro e Satiagraha e dos repórteres Gustavo Krieger e Lúcio Vaz. Destas 71 eram da Operação Satiagraha devido ao fato de envolver pessoas de alto poder aquisitivo e políticos. Outras nove eram sobre a Operação João de Barro. Ainda foram oito matérias do Lúcio Vaz e três do Gustavo Krieger e mais uma assinada pelos repórteres, sendo que esta última é uma denúncia envolvendo dinheiro público em campanhas para deputados serem ou não prefeitos nas eleições. De acordo com a matéria os deputados federais tiveram à disposição a verba indenizatória paga pela Câmara.

Ajuda oficial para a campanha

Levantamento feito pelo Correio sobre os gastos de 110 parlamentares que tentaram candidatar-se a prefeito revelou despesas de R\$ 7,5 milhões com verba indenizatória (Correio Braziliense, matéria, 7 de julho de 2008, p.3).

Durante a análise das matérias principais foram constatadas que 99% das reportagens tinham informações de notas e declarações oficiais e documentais. Sendo que destas informações nenhuma conseguida por meio de investigação do próprio jornalista. Todos atêm ao fato de narrar o que cada autoridade ou documentos diz dos envolvidos na matéria.

Obras suspeitas são paralisadas

Em nota enviada à reportagem, a secretaria argumenta que apenas cumpriu determinação da CGU e da Caixa. Palmas é a única cidade de Tocantins investigada pela PF. No total, além de Palmas, estão na mira da polícia 114 municípios mineiros, três do Rio de Janeiro e um do Espírito Santo (Correio Braziliense, matéria, 25 de julho de 2008, p.2).

A matéria principal do caderno que continha características investigativas, sob o título “Processos na gaveta”, do dia 7 de julho deste ano, era a única de capa dos repórteres investigativos de política do período analisado. A matéria abordava o atraso dos processos de aquisição de imóveis por militares que esperam anos para poder comprar e mesmo com a sentença favorável não conseguem adquirir, pois alguns dos imóveis são utilizados por juízes e desembargadores.

Processos para aquisição de imóveis e garantia de direitos trabalhistas movidos por integrantes das Forças Armadas se arrastam há 10, 12 e até 16 anos na Justiça Federal. Obteve sentença favorável em maio de 2000. Com apelação da União, o processo foi distribuído no TRF 1ª Região em setembro do mesmo ano, ficando a relatoria com o ministro Souza Prudente. O processo aguarda julgamento há oito anos (Correio Braziliense, matéria, 7 de julho de 2008, p.2).

Justiça está sobrecarregada

Em 22 de junho, o jornal havia informado que o Exército cedeu sete apartamentos funcionais para desembargadores do TRF 1ª Região e juízes federais. O desembargador Souza Prudente nega qualquer ação entre as decisões da Justiça Federal e a cedência de apartamentos funcionais a juízes federais pelo Exército (Correio Braziliense, matéria, 10 de julho de 2008, p.9).

Na análise foi verificado que as matérias secundárias eram de caráter informativo com declarações e trechos de documentos. Destaque para a matéria do último dia 26 de julho, com o título “R\$ 1,4 bi em obras paralisadas”, a reportagem é assinada pela repórter do Estado de Minas Alana Rizzo.

O ministro do CGU, Jorge Hage, informou por ofício, no início do mês, sobre a suspensão da transferência de recursos para a realização de obras de 119 cidades. Na tentativa de evitar paralisações importantes em ano eleitoral, algumas prefeituras estão arcando com recursos próprios – os custos dos projetos. O procedimento foi autorizado pela CGU, em um novo ofício (Correio Braziliense, matéria, 26 de julho de 2008, p.4).

Um clube de contribuições

O documento traz outros dados que sugerem, segundo a Polícia Federal, acertos de propina ou financiamento eleitoral e que devem render desdobramentos na apuração. Dois valores – 2.500.000 e 3.000.000 – foram descritos no papel seguido da anotação de “campanha de João à presidência”. Além disso, há ainda uma descrição de 25 milhões para alguém de nome Leticia, dos quais R\$ 13 milhões em faturas de R\$ 12 milhões, depositados (Correio Braziliense, matéria, 11 de julho de 2008, p.3).

Das matérias analisadas dos dois repórteres, somente duas eram de caráter informativo. Todas as duas foram seqüências de matérias divulgadas dias antes, essas matérias de informação são o outro lado da história. Uma das matérias se referia sobre o outro lado que os repórteres tinham denunciado o atraso nos andamentos dos processos judiciais envolvendo militares e o poder judiciário do DF.

Justiça está sobrecarregada

A mesa do desembargador federal Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal (TRF) 1ª Região, mal aparece entre os milhares de processos empilhados no seu gabinete pronto para o despacho. Nos últimos oito anos, ele julgou 15.766 processos, sendo 4.915 apenas neste ano. Mas o ritmo de entrada de ações é ainda maior: 30.959 no mesmo período. O acúmulo de processos, o reduzido número de juizes e de servidores de apoio por parte de alguns advogados seriam as causas da morosidade na tramitação de alguns processos na Justiça Federal (Correio Braziliense, matéria, 10 de julho de 2008, p.9).

A pesquisa também analisou que do total de quatro matérias assinadas pelo repórter Gustavo Krieger apenas uma é assinada só por ele. A matéria sob o título “Problemão para a PF” traz a crise que desenrolou dentro da Polícia Federal e a estratégia do governo para tirar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e petistas palacianos do foco da crise.

O Palácio do Planalto quer tirar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva da confusão formada em torno do afastamento do delegado Protógenes Queiroz, da Operação Satiagraha. A estratégia é limitar o caso a uma crise interna da Polícia Federal. Ou, no máximo, jogá-lo no colo do ministro da Justiça, Tarso Genro. O governo não quer dar a impressão de que o delegado está sendo perseguido por ter envolvimento no inquérito de pessoas ligadas a Lula, como a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ou o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho (Correio Braziliense, matéria, 19 de julho de 2008, p.2).

Na mesma reportagem do repórter investigativo de política, características investigativas como ouvir pessoas próximas aos citados na matéria e apurar informações em todos os possíveis órgãos envolvidos sem se ater em informações oficiais.

O Palácio garante não ter nenhuma preocupação com as acusações contra Carvalho e Dilma. “Numa escala de zero a 10, nosso receio sobre isso é de menos um”, diz um colaborador de Lula. Mas a versão de que o delegado teria se afastado por pressão do Palácio coloca em dúvida essa tranquilidade. O Correio apurou que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal aceitam assumir a responsabilidade da briga com o delegado Protógenes (Correio Braziliense, matéria, 19 de julho de 2008, p.2).

A pesquisa também mostrou que matérias são realizadas com ajuda de informações levantadas pelo partido DEM. Na reportagem sobre emendas individuais aprovadas pelo governo, o repórter só relata o que contém na pesquisa fornecida por políticos de oposição do governo.

Campanha turbinada

É o que revela a pesquisa realizada pelo DEM a pedido do Correio. Segundo o levantamento foram empenhados R\$ 375,4 milhões em emendas do Orçamento da União de 2008 entre janeiro de 23 de junho. Do total, R\$ 336,6 milhões foram de emendas individuais. De acordo com o levantamento do DEM, parlamentares de PMDB e do PT tiveram mais emendas individuais empenhadas (Correio Braziliense, matéria, 5 de julho de 2008, p.2).

Em outra reportagem os repórteres que assinam, simplesmente expõem dados do Sistema de Administração Financeira (Siafi) levantados outra vez por partidos de oposição do governo, o PSDB e DEM.

“Emendas eleitorais” em ritmo acelerado

O levantamento realizado por PSDB e DEM mostra que nove de 16 parlamentares governistas que concorrem a prefeituras de capitais tiveram emendas empenhadas. No caso dos opositoristas, foram três os beneficiados num universo de sete candidatos (Correio Braziliense, matéria, 8 de julho de 2008, p 2).

A pesquisa mostra que mais uma vez o partido dos Democratas (DEM) é coadjuvante em uma reportagem de política do jornal. Isso mostra que o jornal é opositorista ao atual governo federal e partidário ao Governo do Distrito Federal.

Nas matérias analisadas do caderno de política, apesar dos repórteres denunciarem ou relatarem supostos envolvimento de pessoas em diversas situações, o jornal ouve ou tenta entrar em contato com as pessoas citadas ou assessorias para colocar o fato do envolvido. Citamos o mesmo caso anterior das emendas individuais aprovadas no qual o principal favorecido é o governo.

Segundo o subchefe de Assuntos Legislativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Marcos de Castro Lima, o governo trata da mesma forma parlamentares governistas e de oposição (Correio Braziliense, matéria, 8 de julho de 2008, p.2).

Em outra matéria que aborda obras públicas inacabadas como moeda eleitoral temos o mesmo caso, onde são ouvidos órgãos públicos e pessoas citadas na reportagem para esclarecerem ou defender a versão deles.

Projeto virou moeda eleitoral

O Correio esteve em Cristalina esta semana e tentou falar com o prefeito. Ele não estava na prefeitura na quinta nem na sexta-feira, dia do seu aniversário. O vereador Eliézer Bispo foi indicado para falar pelo prefeito. “Não nego nada do que disse. Só acho que vocês deveriam ver o que os produtores diziam na época. Não pense que esse projeto foi empurrado goela abaixo. Todos eles, inclusive o Belchor, elogiavam o projeto. Acho uma injustiça continuar um discurso do Antonino em 1998 com o que dizem os produtores rurais hoje”. Eliézer confirma que “o projeto surgiu quando ele [Antonino] era secretário do Entorno” (Correio Braziliense, matéria, 27 de julho de 2008, p.8).

A análise mostrou que o caderno de política do jornal Correio Braziliense divulga notas e fontes oficiais, além de relatar documentos fornecidos pelo Ministério Público e Polícia Federal. Isso mostra que o caderno não é investigativo, apesar de que algumas matérias têm características específicas de investigação jornalística. Foi constatado na pesquisa que somente nas matérias dos repórteres Gustavo Krieger e Lúcio Vaz tinham aspectos investigativos. Contudo, o caderno de política do jornal Correio Braziliense não mostra ser de jornalismo investigativo mesmo tendo condições cabíveis para isso.

6. CONCLUSÃO

Uso de documentos e declarações de fontes oficiais, pesquisas feitas por partido opositor do governo, entre outras situações que foram observadas na pesquisa, não faz do caderno de política do jornal Correio Braziliense investigativo, considerado uma especialidade dentro do jornalismo. Foi constatado na pesquisa que nas matérias dos repórteres Gustavo Krieger e Lúcio Vaz tinham aspectos investigativos, como fontes próximas aos envolvidos e pesquisas feitas por eles.

A construção da notícia consiste em apurar dados pertinentes ainda mais ocultos. O jornalismo de investigação pode ser considerado um representante de interesses dos cidadãos, mostra informações que políticos tentam manter fora do alcance da sociedade. Lembrando que não somos policiais e nem promotores para produzir uma denúncia, mas sim mostrar o lado da notícia que muitas vezes não são percebidos.

O método escolhido foi importante para auxiliar na pesquisa do surgimento do termo “jornalismo investigativo”, para tentar mostrar o que está por de trás dessa expressão, que tem sido largamente utilizada por diversas entidades sociais e econômicas. Para isso, foi necessário entender quais são os dilemas e problemas presentes na cobertura de política no meio de comunicação e a politização.

Na análise foram identificadas que nas matérias dos repórteres do caderno de política escrevem de forma informativa, apenas narrando os fatos e documentos adquiridos no dia para o leitor.

Nas reportagens dos repórteres investigativo do caderno é possível encontrar características de jornalismo de investigação, como por exemplo, falar com fontes próximas de pessoas envolvidas com *off*. E outras que com informações das fontes sobre obra inacabada, o repórter encontrou irregularidade na obras com dinheiro público.

Em todas as reportagens de caráter investigativo foram observadas que os repórteres ouviam ou tentavam ouvir por meio das assessorias dos envolvidos o outro lado da história, com isso faz com as reportagens não se tende a tomar posição de favor ou contra as pessoas envolvidas.

A pesquisa mostrou também que algumas as reportagens que poderiam ser iniciadas por repórteres do jornal Correio Braziliense por meio de pesquisas, foram dadas por partidos políticos como investidas de mostrar que os partidos do governo têm mais prioridades em aprovar emendas dos partidos oposicionistas.

Contudo, a pesquisa mostrou que apesar do jornal com sede em Brasília, próximos aos órgãos públicos e com a facilidade que a internet traz para a redação, ficaram constatados que o caderno de política do Correio Braziliense não tem características de jornalismo investigado em suas páginas.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Ed. Lisboa: Edições 70, 2004, 3 ed;

BARROS, Antônio e DUARTE, Jorge (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Ed. Atlas, 2005;

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, Primeiro: História dos Diários dos Associados*. Ed. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999;

FORTES, Leandro. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo, Ed. Contexto, 2005;

KIENTZ, Albert. *Comunicação de Massa: Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro, Ed. Eldorado, 1973;

LOPES, Dirceu Fernandes e PROENÇA, José Luís (org.). *Jornalismo Investigativo*. São Paulo, Ed. Publisher, 2003;

SIQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia*. São Paulo, Ed. Summus, 2005.